

UNIAO EXIGE AJUSTE

Em troca de socorro financeiro aos Estados

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, afirmou ontem que o governo federal está negociando um programa de ajuste com os Estados. Segundo Parente, a proposta não substitui, "em hipótese alguma", a reforma administrativa. "É um programa de transição, não é uma alternativa à reforma."

O ajuste é a contrapartida à ajuda que o governo federal dará para que os governadores vençam as dificuldades financeiras de curto prazo. O programa impede que os governadores contratem novos funcionários, concedam aumentos salariais indiscriminados e está sendo montando a partir dos problemas específicos de cada Estado, mas é claramente inspirado na experiência brasileira com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim, os governadores terão de aceitar a fixação de metas de desempenho e a garantia de que controlarão o déficit em suas contas. Além das rígidas regras para contratação de pessoal, também se comprometerão a não tomar novos empréstimos bancários ou mesmo recorrer a emissão de títulos para aumentar suas receitas. Qualquer dívida nova estará condicionada ao pagamento da parcela que for refinanciada, agora, com a autorização do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Embora os termos do programa sejam gerais, haverá detalhes na negociação, dependendo de cada caso. Por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do

Sul, além do elevado peso da folha salarial, estão sufocados pela dívida mobiliária, contraída com a maciça emissão de títulos pelas administrações anteriores.

Para estes casos, a reestruturação das contas envolve uma operação na qual o governo federal assumirá parte desta dívida. "Não há hipótese de anistia", afirmou Parente, rejeitando a proposta dos governadores para que o governo perdesse 30% da dívida.

No caso dos Estados com gastos com a folha além da disponibilidade de receita (Mato Grosso, Alagoas e Piauí), o governo decidiu socorrer com empréstimos da Caixa Econômica Federal. A CEF está emprestando um total de R\$ 130 milhões em condições bem mais suaves do que as que os Estados estavam pagando junto aos bancos

**Governadores
poderão ficar
impedidos de
contratar e dar
aumentos**

privados.

Enquanto os bancos cobram juros que variam de 4% a 10%, a CEF refinanciou os governos estaduais exigindo apenas TR mais 0,5%, seguindo a orientação do Ministério da Fazenda para que "os juros fossem os menores possíveis". Parente disse que também Sergipe reivindica socorro financeiro ao governo federal.

O governador Albano Franco pediu alto: ele quer R\$ 80 milhões "para resolver o problema financeiro de Sergipe". Albano disse que quer fazer um "bom governo", mas reconheceu que desde que assumiu, "só faz administrar pagamento de pessoal".

**Beatriz Abreu/AE
e Lu Aiko/AE**